



TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO

- 1.1 Contratação de empresa especializada para execução de OBRA DE CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO DE ATIVIDADES E OUTRAS MELHORIAS NO CCI DONA BELOCA, situado a Rua dos Tavares, N. 08 – Bairro Pratinha. São João da Boa Vista – SP. Com a finalidade de melhorar a infraestrutura do local, conforme condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos.
- 1.2 Considerando que o objeto trata-se de atividade de engenharia que modificará o espaço físico com a construção de um prédio público, classificamos o referido objeto como obra, sem previsão de realização de serviços de grande complexabilidade.
- 1.3 Solicitamos que o prazo de vigência do contrato seja de 12 (doze) meses, sendo 06 (seis) meses o prazo inicial de execução, sendo o acréscimo de 06 (seis) meses necessário para realização de ordem de serviço, mobilização de mão de obra, últimos pagamentos, vistorias de recebimento da obra, tramitação de processo em caso de aditamentos e elaboração do termo de recebimento provisório e do definitivo.

2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 A construção de um barracão de atividades no Centro de Convivência de Idosos Dona Beloca, visa atender a uma demanda essencial para a promoção do bem-estar físico, emocional e social dos residentes. Atualmente, não existe espaço adequado para atividades coletivas, as atividades acontecem sob as árvores ou nos passeios pavimentados, sem abrigo nenhum, dificultando a realização de encontros, palestras, atividades terapêuticas, eventos culturais e reuniões com familiares.
- 2.2 O barracão de atividades proporcionará um ambiente adequado e acessível para:
- 2.2.1 Atividades de convivência: Dinâmicas em grupo, oficinas, jogos, celebrações de datas comemorativas e eventos religiosos, fundamentais para combater o isolamento social.
- 2.2.2 Ações de saúde e bem-estar: Palestras educativas, rodas de conversa com profissionais de saúde, campanhas de prevenção, atendimento individualizado de fisioterapia, psicólogos e outros.
- 2.2.3 Reuniões familiares e institucionais: Espaço reservado para encontros com familiares, reuniões administrativas e orientações de cuidadores.
- 2.2.4 Promoção da autonomia e integração social: Um ambiente propício para estimular a participação ativa dos idosos na vida comunitária do lar.
- 2.3 Além disso, o espaço será projetado com acessibilidade, ventilação adequada e segurança, respeitando as necessidades específicas da população idosa. A criação desse espaço contribui diretamente para a melhoria da qualidade de vida dos residentes, fortalece os vínculos interpessoais e humaniza o cuidado oferecido.
- 2.4 Por ocasião desta obra deverá também ser realizado a reconstrução de um trecho de muro, de aproximadamente 19,50m, que se encontra prestes a desabar. Outra intervenção a ser realizada será a

troca dos padrões de entrada de energia, com a instalação de novos medidores, postes e caixas de inspeção.

2.5 Diante deste cenário e sendo obrigação do poder público garantir a toda comunidade residente e usuária do Centro de Convivência, condições ambientais dignas de trabalho e de interação social, justifica-se a realização desta obra.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 O presente termo de referência tem como objeto a contratação de empresa para execução de obra de construção de um barracão de atividades sociais e de outras melhorias, com uma previsão de execução de 06 (seis) meses a fim de prover melhorias e manutenção da infraestrutura existente no referido Centro de Convivência dos idosos.

3.2 A descrição detalhada da solução está prevista no Estudo Técnico Preliminar anexo a este Termo de Referência e demais documentos que compõem o procedimento licitatório.

4 DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

A contratação dar-se-á por meio de licitação, do tipo menor preço global. São requisitos para a contratação:

4.1 Habilitação Jurídica: Comprovação da existência jurídica e regularidade do estatuto ou contrato social, demonstrando que o objeto social da empresa é compatível com o objeto a ser contratado.

4.2 Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista: Regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT) e regularidade com o FGTS.

4.3 Habilitação Econômico-Financeira: Demonstração de capacidade financeira compatível com o vulto da obra, mediante patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação e índice de liquidez mínimo de 1,0 para apurar o Quociente de Liquidez Geral (QLG) e Quociente de Liquidez Corrente (QLC) que assegurem a execução do cronograma de 06 meses, pois, conforme Acórdão nº 247/2003 do TCU e voto do Conselheiro Dr. Robson Marinho no bojo do processo TC-001365/010/08 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, os índices mínimos variáveis entre 1,0 e 1,5, são corriqueiramente utilizados por àquela Corte de Contas com o fim de apurar a boa saúde financeira da empresa a ser contratada, sem que haja excesso de rigorismo ou cerceamento ilegal de participação de licitantes.

4.4 Habilitação Técnica:

4.4.1 Apresentar Comprovação da capacidade técnico-profissional – apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA/CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação/Relatório de Responsabilidade Técnica - ART/RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação;

4.4.2 Os profissionais participantes da Equipe Técnica deverão ser os mesmos que assinarão as ART/RRTs de execução de obras /serviços.



- 4.4.3 Os atestados de capacidade técnico-profissional, ou Anotações de Responsabilidade Técnica (ART's) e Certificado de Acervo Técnico (CAT) deverão estar devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia ou Conselho de arquitetura e Urbanismo (CREA/CAU) da região onde os serviços foram executados, comprovando que os responsáveis técnicos constantes do quadro técnico da licitante executam ou executaram serviços similares, em vulto e tipologia aos da contratação pretendida.
- 4.4.4 Os atestados de capacidade técnica da empresa licitante deverão comprovar a execução dos serviços que tenha como objeto os serviços semelhantes ao objeto desta contratação.
- 4.4.5 A Comprovação de aptidão para execução de serviços de extrema importância para o uso do objeto, sendo estes os serviços de telhamento e alvenaria de tijolos aparentes.
- 4.4.6 O serviço de telhamento precisa ser executado de forma a garantir a perfeita estanqueidade do sistema construtivo, tendo em vista que este item tem a função de impedir a entrada de água de chuva no interior da edificação e a alvenaria de tijolos aparentes, diferentemente da alvenaria convencional, dispensa revestimentos posteriores, o que torna a execução ainda mais rigorosa, exigindo elevado padrão técnico, precisão no assentamento e controle rigoroso dos materiais empregados. Pequenas falhas de execução, como desalinhamentos, variações de junta ou manchas, tornam-se visíveis e comprometem diretamente o resultado final.
- 4.4.7 A comprovação de aptidão, por parte dos interessados, deverá ser feita através da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrada, sendo considerado as quantidades conforme o objeto da licitação, observando o limite de 50% das parcelas de maior relevância ou valor significativo, conforme admitido pela Lei 14.133/21, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% do valor total estimado da contratação. Deverá comprovar aptidão na execução/installação dos seguintes itens:

SERVIÇO	UNID.	QTD ORÇADA	PERCENTUAL DO VALOR TOTAL	QTD A SER COMPROVADA (50% da qtd orçada)
Serviço de telhamento em chapa de aço pintada, tipo sanduíche, com poliestireno expandido.	m ²	166,20	7,58%	80,00
Alvenaria de elevação em tijolo maciço aparente.	m ²	122,80	7,31%	60,00

4.5 Visita Técnica: A visita técnica para conhecimento das condições locais da prestação do serviço é FACULTATIVA e poderá ser agendada com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência, junto ao Departamento de Gestão e Planejamento Urbano, no horário das 07h às 11h das 13h às 17h, pelo telefone (19) 3631-7704 ou (19) 3622-3447 ou através do seguinte endereço: Rua Ana de Oliveira, 27, Centro, por pessoa devidamente credenciada pela empresa proponente, acompanhado pelo representante do contratante.

4.6 Garantias

4.6.1 Garantia de execução contratual: Deverá ser apresentada pela contratada garantia de 5% do valor inicial do contrato. Cabendo a mesma optar por uma das modalidades apresentadas na Lei 14.133/2021 em seu artigo 96.

4.6.2 Garantia pós-obra: o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pelas substituições necessárias.

4.6.3 Garantia adicional: Caso a proposta da contratada seja inferior 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, será exigida a garantia adicional equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias.

4.7 Permite Subcontratação:

4.7.1 Será admitida a subcontratação parcial do objeto, para as atividades que não constituam o escopo principal do objeto e os itens exigidos para comprovação técnica operacional ou profissional, definidas como as parcelas de maior relevância. Para os demais serviços contratados, será admitida a subcontratação. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.7.2 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.8 Participação de consórcios

4.8.1 A participação de empresas em consórcio é autorizada e fundamenta-se na necessidade de somar atestados de capacidade técnica. Essa estratégia, amparada pelo Art. 15 da Lei nº 14.133/2021, amplia a competitividade do certame e reforça a segurança da Administração Pública por meio da responsabilidade solidária entre as consorciadas, mitigando riscos de paralisação. Contudo, estabelece-se o limite máximo de até 03 (três) empresas por consórcio, restrição que visa garantir a eficiência gerencial e a fluidez na comunicação entre a fiscalização e a contratada, evitando que uma fragmentação excessiva de responsabilidades comprometa a celeridade exigida.

5 EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 O início da execução do objeto ocorrerá em 5 dias contados a partir da emissão da ordem de início de serviços, e o prazo previsto é de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado, observando o disposto no artigo 111, da lei 14.133/21.



5.2 A Contratada fica responsável ainda pela observância de todas as Normas e legislações pertinentes ao ramo de atividade de instalações de redes aéreas de baixa tensão, intervenção em redes de média tensão.

6 GESTÃO DO CONTRATO

6.1 Constituem obrigações da Contratada:

- 6.1.1 Responder pelos serviços que executar, na forma da Lei;
- 6.1.2 Prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- 6.1.3 Executar os trabalhos em perfeita conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 6.1.4 Prestar, sem ônus para a CONTRATANTE, os serviços necessários à correção e revisão de falhas verificadas nos trabalhos;
- 6.1.5 Cumprir os prazos estabelecidos, mantendo a CONTRATANTE informada, de acordo com as conveniências desta, de todos os pormenores dos serviços;
- 6.1.6 Desenvolver seus trabalhos em regime de colaboração com a CONTRATANTE;
- 6.1.7 Manter durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas, bem como as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência;
- 6.1.8 Empregar na execução da obra, materiais de primeira qualidade, que obedecem às especificações da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e do projeto e que sejam aprovados pela fiscalização antes de sua utilização;
- 6.1.9 Na ocorrência devidamente comprovada da impossibilidade de se adquirir e empregar um material especificado deverá ser solicitado a sua substituição, a juízo da fiscalização que analisará sua qualidade, resistência, aspecto e preço;
- 6.1.10 Substituir qualquer material impugnado no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir do recebimento da impugnação;
- 6.1.11 Responsabilizar-se pela mão de obra a ser empregada na execução dos trabalhos, devendo, ainda, ser de primeira qualidade, de modo a se observar acabamentos esmerados e de inteiro acordo com o projeto;
- 6.1.12 Manter no local dos trabalhos, pelo menos 01 (um) engenheiro, dando assistência diária ao seu pessoal durante a execução do mesmo;
- 6.1.13 Responsabilizar-se pelo recolhimento e apresentação das respectivas ART's (Anotações de Responsabilidade Técnica) referentes à obra;
- 6.1.14 A execução da obra deverá ser conduzida, obrigatoriamente, sob a responsabilidade técnica dos profissionais cujos documentos foram apresentados pela licitante na assinatura do contrato;
- 6.1.15 Somente será admitida a substituição de profissional detentor de atestado apresentado, por outro com experiência equivalente ou superior. A proposta de substituição de profissional deverá ser feita por escrito, fundamentada e instruída com as provas necessárias à comprovação da situação que se

apresenta, e incluirá a indicação do novo profissional com o respectivo acervo técnico, e acompanhada da baixa da ART do profissional que está sendo substituído. Para a sua efetivação, a proposta de substituição deverá ser apreciada pelo Município de São João da Boa Vista;

- 6.1.16 Fornecer a pedido da fiscalização, a qualquer momento, todas as informações relativas à execução dos trabalhos, sem que tal atitude implique em responsabilidade da fiscalização sobre a ação da mesma;
- 6.1.17 Fornecer e conservar, pelo período que for necessário, equipamentos mecânicos e ferramental adequado e, contratar mão-de-obra idônea, de modo a reunir permanentemente em serviço uma equipe homogênea e suficiente de operários, mestres, empregados e engenheiros que possam assegurar o progresso satisfatório dos trabalhos;
- 6.1.18 Responsabilizar-se pelas instalações provisórias, inclusive o estabelecimento e manutenção dos meios de transporte horizontais e verticais para atender às necessidades dos serviços, bem como as de outros contratados, na forma contratual;
- 6.1.19 Fornecer, em tempo hábil, os materiais, em decorrência do que não poderá a mesma solicitar prorrogações de prazo e nem justificar retardamento na conclusão dos trabalhos pelo fornecimento deficiente de materiais;
- 6.1.20 Responsabilizar-se por quaisquer danos materiais e ambientais que venham a ocorrer em virtude dos serviços realizados, bem como assumir integral responsabilidade pelos danos que causar à licitante ou a terceiros, por si ou por seus representantes, na execução dos serviços contratados, isentando o poder público CONTRATANTE de qualquer responsabilização;
- 6.1.21 Responsabilizar-se pelas obrigações decorrentes de acidente do trabalho ocorridos na execução dos serviços contratados; uso indevido de patentes registradas; as resultantes de caso fortuito e por qualquer causa, pela destruição ou danificação da obra em construção, até a definitiva aceitação da mesma; pelas indenizações que possam vir a serem devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos na via pública; bem como pelas obrigações trabalhistas e encargos sociais decorrentes da execução da obra, com o seguro de acidentes de seus operários ou empregados, sob pena de retenção de pagamentos e ainda, a quitação das exigências municipais, estaduais ou federais;
- 6.1.22 Responsabilizar-se por qualquer pertence de sua propriedade colocado nos próprios canteiros onde serão executados os serviços;
- 6.1.23 Abrir e manter, no canteiro de obras, permanentemente atualizado, um Diário de Obra no qual serão obrigatoriamente registrados, pelo Engenheiro Preposto Responsável, as informações sobre o andamento da obra, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação da obra em relação ao cronograma previsto;
- 6.1.24 Observar todas as determinações de Convenção Coletiva de Trabalho, sob pena de retenção de pagamento e rescisão do contrato;
- 6.1.25 A demarcação topográfica necessária à execução de todos os serviços, deverá ser feita por profissional habilitado, contratado pela empresa vencedora da licitação;



6.1.26 Realizar o descarte devido dos materiais, de acordo com as regras estabelecidas pela Política Nacional dos Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e demais normas aplicáveis vigentes;

6.1.27 Permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas contratantes, bem como dos órgãos de controle interno e externo, a seus documentos e registros contábeis.

6.2 Constituem direitos da CONTRATANTE:

6.2.1 Fazer alterações no projeto que impliquem na redução ou aumento do volume dos serviços, baseando-se, para tanto, na relação dos preços unitários básicos e em quantidades levantadas pela fiscalização que poderão resultar até um total de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual da obra;

6.2.2 Paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução dos serviços mediante pagamento único exclusivo dos trabalhos já executados e, a aquisição por ajuste entre as partes interessadas, dos materiais existentes no local da obra e a ela destinados nas hipóteses autorizadas por lei;

6.2.3 Exigir, sempre que necessário, quaisquer documentos adicionais para fins de fiscalização;

6.3 Constituem responsabilidades da CONTRATANTE:

6.3.1 Efetuar os pagamentos conforme estabelecido no Cronograma Físico-Financeiro e Laudos de Medição;

6.3.2 Manifestar-se por escrito sobre Relatórios e demais elementos fornecidos pela Contratada, bem como solicitar da mesma forma as providências complementares que julgar necessárias à correção e revisão dos serviços;

6.3.3 Manter um Gestor de Contratos, designado através de portaria, e um Engenheiro Técnico, como responsáveis para o acompanhamento dos trabalhos.

7 CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

As medições para efeito do pagamento serão realizadas de acordo com os seguintes procedimentos:

7.1 O recebimento dos serviços será feito até o quinto dia útil de cada mês. Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, bem como da documentação exigida, a Fiscalização atestará a medição, comunicando a CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias contados do recebimento do relatório, o valor aprovado, e autorizará a emissão da correspondente fatura, a ser apresentada no primeiro dia subsequente à comunicação dos valores aprovados.

7.1.1 As Notas Fiscais/Faturas deverão ser emitidas pela CONTRATADA, contra o CONTRATANTE e apresentadas para a Fiscalização.

7.1.2 A Fiscalização emitirá o Laudo/Atestado de Realização dos Serviços em até 5 (cinco) dias contados a partir do recebimento da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s).

7.1.3 Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias úteis contados da data de emissão dos Atestados de Realização dos Serviços, em conta-corrente da CONTRATADA, em conformidade com os serviços executados, mediante a apresentação dos originais da nota fiscal/fatura.

- 7.2 O recebimento provisório ou definitivo dos serviços não exime a CONTRATADA de sua responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, nem a responsabilidade ético profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.
- 7.2.1 O prazo para recebimento provisório será de até 5 (cinco) dias corridos, contados da comunicação escrita pela CONTRATADA, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, na forma expressa pela alínea 'a', inciso I, artigo 140, da lei Federal 14.133/21.
- 7.2.2 O recebimento definitivo dar-se-á por servidor ou Comissão designada pela Administração, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso de prazo de vistoria de até 90 (noventa) dias corridos, que comprove a adequação do objeto às condições contratuais, na forma expressa na alínea 'b', da legislação supra.
- 7.2.3 O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

8 FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 8.1 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 8.1.1 Valor Global apresentado pela administração: R\$ 415.059,74;
- 8.1.2 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.
- 8.2 O critério de julgamento da proposta é o MENOR PREÇO GLOBAL.
- 8.3 As regras de desempate entre propostas serão as discriminadas no edital.

9 ESTIMATIVA DE PREÇOS

- 9.1 O custo estimado máximo da contratação é de R\$ 415.059,74 (Quatrocentos e quinze mil, cinquenta e nove Reais e setenta e quatro centavos).

10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste certame ocorrerão à conta das dotações orçamentárias a seguir:

1213-11.01.08.122.0006.2.531.449051.03.5000017;

376-11.01.08.122.0006.2.531.449051.01.5100000, Departamento de Assistência Social.

São João da Boa Vista – SP, 04 de maio de 2026.

DULCYNEIA PAIVA DE M. LIMA
Engenheira Civil Municipal – CREA/SP
5062876313

AMARILDO DUZI MORAES
Diretor Departamento de Gestão e Planejamento
Urbano